

AGINDO PELO MOTIVO DO DEVER E O INCORRUPTÍVEL AGENTE MORAL IDEAL

CINARA NAHRA

Universidade Federal de Rio Grande do Norte

Abstract

The purpose of this article is to discuss the classical demand in the “Groundwork” that an action to have moral worth has to be done from duty and not merely done in conformity with duty. I will be arguing that the main reason for this requirement is the reliability of producing the right action, and in order to show this I will put forward the example of what I call “the incorruptible ideal moral agent”. I will also suggest that the moral attitude required by Kant rather than being a puritanical view that undermines fellow feelings as moral motives to action, has an educative purpose and indicates the importance to adhere to a concept of reason in practical affairs that sharply challenges some practices and principles that are in vogue nowadays.”

Key words: moral attitude; moral action; right action.

1. A predominância da Moral sobre a Antropologia Prática em Kant

Kant localiza o domínio da Ética em seu prefácio da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Segundo ele, toda cognição racional é ou formal ou material. A filosofia formal é chamada Lógica, enquanto que a filosofia material é dividida em duas áreas, a saber, a Física e a Ética. A filosofia material está relacionada com a determinação dos objetos e às leis as quais eles estão sujeitos. Estas leis são chamadas leis da natureza ou leis da liberdade. A ciência das leis da natureza é chamada Física (filosofia natural) e a ciência das leis da natureza é chamada Ética (filosofia moral).

Enquanto não há componentes empíricos na Lógica, a Física, assim como a Ética, podem ter seus componentes empíricos. A filosofia empírica é baseada na experiência. A filosofia pura, por sua vez, explica sua doutrina a partir de princípios a priori. A Física e a Ética tem uma parte empírica e outra racional. A parte empírica da Ética é chamada Antropologia Prática e a parte racional da Ética é chamada Moral.

Kant define metafísica como sendo relacionada à filosofia pura. Segundo ele, a filosofia pura quando é meramente formal é chamada Lógica, mas quando ela é limitada a determinados objetos do entendimento ela se chama Metafísica. Nós podemos falar então de uma dupla Metafísica: uma Metafísica da natureza e uma Metafísica dos Costumes.

Se a Metafísica está relacionada somente à filosofia pura, então pode ser assumido que quando Kant menciona uma Metafísica da natureza está se referindo à parte a priori da Física, e

quando ele menciona uma Metafísica dos costumes está se referindo a parte a priori da Ética. A Ética então, tem uma parte empírica chamada Antropologia Prática e tem uma parte a priori chamada Metafísica dos costumes. A Metafísica dos Costumes nada mais é do que Moral, e esta é a razão pela qual Kant diz que “a parte racional da ética pode ser propriamente chamada de Moral”.¹

Esta distinção entre Antropologia Prática e Moral é o ponto de partida metodológico da GM. A Moral é a parte inteiramente racional dos estudos éticos, e é absolutamente distinta da Antropologia Prática. A última está relacionada ao comportamento das pessoas, enquanto a primeira se relaciona ao modo como as pessoas deveriam se comportar. Ambas constituem o objetivo total da Ética (Filosofia Moral) a qual determina “as leis de acordo com as quais tudo deve acontecer, embora ainda levando em consideração as condições sob as quais elas freqüentemente não ocorrem”.² Estas leis do que deve acontecer não podem ser fornecidas pela Antropologia Prática, precisamente porque elas não são leis empíricas; apenas a razão pode fornece-las. Portanto, somente a Moral pode fazer isto, pois a Moral é a parte da Ética que é totalmente depurada de qualquer elemento empírico. A prioridade da Moral sobre a Antropologia Prática é clara. Segundo Kant, “agora a lei moral em toda sua pureza e genuinidade (e na prática isto é o que mais importa) não é para ser vista em nenhum outro lugar que não em uma filosofia pura. Portanto esta (metafísica) deve vir primeiro, e sem ela não pode haver filosofia moral”.³

O fato de que a Moral é a parte inteiramente racional da Ética não implica, entretanto, que ela não possa ser aplicada ao campo prático e empírico, como poderia ser suposto. Kant é muito claro sobre isto afirmando que “uma metafísica dos costumes é, portanto, indispensavelmente necessária, não somente por motivos especulativos – para investigar a força dos princípios básicos que residem a priori em nossa razão – mas também porque a Moral permanece sujeita à toda espécie de corrupção enquanto estivermos sem esta chave e norma suprema para sua correta abordagem”.⁴ O principal propósito de Kant então, é prático. Ele quer construir uma filosofia baseada em princípios práticos; princípios totalmente racionais, a fim de aplica-los à ação humana em todos os tipos de julgamento moral, para determinar o que as pessoas devem e não devem fazer, o que é certo e o que é errado.

2. A importância de remover o interesse próprio de um sistema moral

O primeiro passo que Kant dá a fim de construir um sistema prático inteiramente racional é remover todo tipo de elementos empíricos, especialmente todo tipo de auto interesse. A razão para isto é clara: se há alguns elementos empíricos constituindo o sistema, este nunca poderá ser universal e então nunca poderá formar as bases da obrigação e dos deveres para todo mundo. Mas um sistema moral capaz de guiar as ações e comportamentos de todos nós é exatamente o que Kant procura.

Conceitos práticos tais como liberdade, ação e costumes estão todos relacionados à vontade. Uma boa vontade é considerada boa sem limitações. Segundo Kant, “uma boa vontade não

é boa por causa de seus efeitos e conseqüências , por causa de sua capacidade de atingir alguns fins propostos, mas somente boa em si mesma”. Entretanto, Kant se dá conta que este é, na realidade, um conceito estranho, e que “ embora haja concordância entre o entendimento comum com esta idéia, uma suspeita pode ainda ser levantada: a de que ela não é nada mais do que mera fantasia.⁵

Relacionada à esta idéia de boa vontade (a qual Kant tem de provar de outro modo a suspeita de que ela é uma fantasia permanente) aparece a idéia de uma ação feita pelo dever . Somente uma ação realizada pelo dever tem valor moral em Kant. Uma ação feita pelo dever é aquela na qual nenhum elemento empírico está envolvido como um motivo para a ação. Observe que se pudesse ser provado que há ações feitas pelo dever, então seguiria que há uma boa vontade. Isso acontece porque para ser considerada como sendo feita pelo dever, uma ação tem de ser totalmente divorciada de qualquer elemento empírico e este é exatamente o mesmo requerimento para uma vontade ser boa, conforme acima mencionado. O problema é que, segundo Kant “é absolutamente impossível através da experiência apontar com completa certeza um único caso no qual a máxima da ação que está em conformidade com o dever foi baseada simplesmente em fundamentos morais e na representação do dever”⁶. Isso acontece porque ninguém é capaz de conhecer com certeza suas próprias intenções e as intenções dos outros (ignorância das nossas intenções), pois segundo Kant, o que é importante para determinar o valor moral é precisamente não as ações, mas aqueles princípios intrínsecos das ações.

Se é impossível provar que há ações realizadas pelo dever, se torna muito difícil provar que há uma boa vontade, e então, que há ações morais e moralidade no mundo. Então, poderia ser argumentado que o projeto prático kantiano é um projeto quimérico e condenado a falhar, precisamente porque é impossível provar que existe moralidade no mundo. Entretanto, o que é essencial no argumento kantiano não é provar que os seres humanos podem e devem agir moralmente , mas que os seres humanos podem e devem agir moralmente. É deste modo que Kant evita importantes objeções ao seu sistema. Se experiência fosse o critério definitivo da moralidade, então deveria ser fornecida evidência empírica de que há atos morais no mundo, e Kant sabe que isto é impossível. Esta é a razão pela qual ele afirma que “não se pode servir melhor os desejos daqueles que ridicularizam toda moralidade como sendo um mero fantasma da imaginação humana do que concordar com eles de que o conceito de dever deve ser retirado somente da experiência”.⁷

O primeiro passo que Kant dá a fim de mostrar a possibilidade e a obrigação de agir moralmente é mostrar que se não é possível provar que as pessoas agem pelo dever é possível, ao menos, mostrar que algumas vezes elas agem conforme ao dever ou não, e este critério é exatamente o Imperativo Categórico. Acima de tudo, o Imperativo Categórico é um guia para a ação, servindo para determinar não se a ação é moral, mas para determinar se a ação é ou não errada, se a ação é ou não imoral.⁸ O imperativo Categórico é usado do seguinte modo: Primeiro deve ser perguntado se a ação pode ser universalizada. Se ela não pode ser universalizada ela é errada, mas se ela pode ser universalizada ainda devemos perguntar se todos podem praticá-la. Se não podemos querer que a ação seja universalmente praticada, então a ação é moralmente errada, mas se podemos querer que a

ação seja universalmente praticada, então ela é conforme ao dever. Observe que se a ação passa no teste e é considerada conforme ao dever ela ainda não poderá ser chamada moral, porque ninguém é capaz de saber se ela foi realizada pelo dever, isto é, ninguém sabe qual é a máxima, o princípio subjetivo da ação. Isto é exatamente o que Kant sugere no famoso exemplo do lojista. É certamente conforme ao dever que um lojista não cobre a mais de um consumidor inexperiente, mas não é suficiente acreditar que ele agiu pelo dever: auto interesse poderia estar operando aqui.

3. O incorruptível agente moral ideal

Dizer, entretanto, que uma ação é errada, é já um grande ganho e é suficiente para excluir certas práticas correntes na vida contemporânea. Algumas destas práticas têm efeitos muito perniciosos sobre a coisa pública – corrupção – por exemplo. Uma das virtudes do uso do Categórico Imperativo como um guia para a ação é que ele faz um convite à universalização, e esta é por certo sua característica mais importante. Este convite à universalização significa, acima de tudo, que cada pessoa tem de ser absolutamente imparcial nas suas ações e sempre evitar exceções pessoais à regras que se quer que os outros obedeçam. O raciocínio é claro: se quisermos que todos ajam de um certo modo, então devemos ser capazes de agir deste modo também. Se você quer que todo X evite fazer L e você é um indivíduo a que pertence ao conjunto X, então você deve evitar de fazer L também. Se alguém reconhece que todo mundo deveria praticar ou deixar de praticar uma ação, então ele/ela próprio é obrigado a reconhecer que ele/ela deve praticar ou evitar de praticar esta ação também. Este é o ponto de vista racional. Se alguém permite uma exceção para si próprio, então ele/ela está permitindo que todos abram a mesma exceção para si próprios.

Este é o requerimento principal do Imperativo Categórico, e deste modo é possível analisar tanto ações quanto comportamentos, julgando eles como imoral ou não. A fim de dizer o quão útil é o Imperativo Categórico vamos analisar um exemplo relacionado a vida contemporânea. Imagine um homem ou uma mulher que ocupa um posto importante em um país ocidental. Um dia esta pessoa descobre que pode desviar, digamos, um milhão de dólares dos cofres públicos para sua conta pessoal. Adicionalmente imagine:

1. É 100 por cento certo que ninguém irá jamais descobrir o roubo
2. Se há um Deus, é 100 por cento certo que ele irá dormir por um minuto, exatamente no momento em que a pessoa está fazendo a transferência do dinheiro.
3. Após finalizar a transferência, a pessoa esquecerá para sempre o que aconteceu e acreditará que o dinheiro foi ganho em um jogo de loteria.

Em resumo, não há qualquer possibilidade desta pessoa ser punida, seja pela justiça

humana, seja por Deus, seja por sua consciência. A questão então é: se esta pessoa segue o Imperativo Categórico irá desviar o dinheiro? Se esta pessoa realmente segue o Imperativo Categórico não levará em consideração todas estas facilidades e perguntará somente se todas as pessoas no mundo estão autorizadas a desviar dinheiro público. Ela então se daria conta de que haveria uma contradição entre o que ela quer fazer e o que ela quer que todos façam, e por esta razão não praticaria o desvio. É possível então vermos que faz sentido esta estranha idéia kantiana de que a fim de que uma ação seja moral ela deva ser desprovida de qualquer tipo de interesse. Se a moralidade é reduzida ao interesse próprio provavelmente a pessoa do exemplo mencionado não resistiria à tentação. Parece que é precisamente este tipo de “perigo” que Kant tinha em mente em seu exemplo clássico do lojista. Se o lojista não cobrou a mais do consumidor porque tinha um interesse em mostrar que sua loja era honesta, ele iria imediatamente mudar de idéia e cobrar a mais de todos se soubesse que sua loja seria fechada no dia seguinte e que ele desapareceria sem nenhuma possibilidade de ser descoberto. O que Kant está tentando fazer é evitar que as pessoas passem por cima do que a Moral exige de nós; evitar que as pessoas deixem de fazer a coisa certa quando já não houver mais motivação de ordem empírica para que a coisa certa seja feita. Para isto é necessário que a moralidade esteja definitivamente acima do interesse.

4. A Atitude Moral

Embora seja impossível dizer de qualquer ação no mundo que ela foi realizada pelo dever, a exigência de agir pelo dever permanece como sendo a única atitude que pode evitar o descumprimento do dever. Embora tudo que possa ser dito de uma ação em termos de ética é que a ação está conforme ao dever, a atitude moral é necessária a fim de garantir que sob nenhuma circunstância as pessoas irão agir contrariamente ao dever. Como é largamente comentado na literatura⁹, o motivo do dever é mais confiável na produção da ação correta.

Há ainda, entretanto, um outro ponto a ser discutido¹⁰. Como foi discutido no primeiro sub item deste artigo, a Moral é a parte inteiramente racional dos estudos éticos e é absolutamente distinta da Antropologia Prática. A moralidade requer ações praticadas pelo dever e isto fica claro na famosa passagem¹¹ “Embora muito possa ser feito em conformidade com o que o dever comanda, ainda é sempre duvidável se isto foi feito pelo dever e, portanto, se tem valor moral “. De fato, quando Kant diz que a moralidade requer ações praticadas pelo dever, ele está dizendo que a moralidade requer uma aceitação total da razão pura e seus princípios. Esta é uma exigência radical que não admite nenhum tipo de exceção, implicando até mesmo que muitas vezes as pessoas tenham de sacrificar seus próprios interesses a fim de serem morais. Na nossa sociedade contemporânea isto parece ser uma exigência “fora de moda”, porque tudo que parece ser importante nos dias de hoje é ser bem sucedido e vencer. Porém, é precisamente quando nos damos conta que as exigências morais de Kant estão em

conflito com este tipo de “ethos dominante” que é possível compreender o quão importante é o pano de fundo da concepção kantiana de ações feitas pelo dever. Além de serem mais confiáveis na produção da ação correta, a idéia kantiana de ações feitas pelo dever lembra às pessoas que a moralidade é muito mais que um mero jogo de cálculo ou uma mera questão de conveniência e oportunidade. Isto realça e traz à tona um conceito de racionalidade que não pode ser abandonado sob pena de que se produzam terríveis conseqüências para a humanidade, como por exemplo, a destruição da própria moralidade. O mais importante aspecto deste conceito de racionalidade, sugerimos, são precisamente as mais fundamentais exigências da filosofia prática kantiana, a saber:

a) universalidade – no sentido de que os agentes – sejam eles pessoas, grupos ou países - não estão autorizados a agir de um modo que não poderia ser permitido a outros (nas palavras de Kant, ninguém está autorizado a abrir exceções na lei em seu benefício próprio).

b) liberdade – no sentido que os agentes não estão inteiramente submetidos às determinações da sensibilidade, ou seja, eles não estão autorizados a praticar todo tipo de ação a fim de obter prazer, ser bem sucedido e sobreviver.

É sob estas luzes que é possível entender corretamente a supremacia da Moral sobre a Antropologia Prática no que se refere à discussão ética e é também sob estas luzes que é possível entender algumas aparentemente “super-rígidas” exigências da filosofia prática de Kant, tais como a exigência de que para que uma ação tenha valor moral deve ser realizada pelo dever. Com isto em mente é possível entender a famosa passagem (GM 4:398)¹² na qual Kant desqualifica simpatia e todo o tipo de “bons sentimentos” como motivos para produzir ações que tenham valor moral. Antes de ser a expressão de uma “super-rigidez” na filosofia kantiana, trata-se de uma chamada para a necessidade de que ajamos pela razão pura; é um modo de alertar a todos que a moralidade está relacionada fundamentalmente com a razão pura e não com inclinações e determinações naturais¹³.

O que é realmente importante na exigência kantiana de que as ações devem ser feitas pelo dever a fim de que tenham valor moral é que Kant exige dos agentes uma atitude moral que implica um compromisso incondicional com a racionalidade e seus principais aspectos. Este compromisso é não somente útil, no sentido de que a atitude moral é mais eficiente na produção da ação correta, mas é acima de tudo educativo ¹⁴ no sentido de que alerta as pessoas para a atitude correta que eles deveriam adotar quando estão tomando decisões práticas. É também educativo no sentido de que embora seja absolutamente impossível provar que há ações feitas pelo dever (e portanto é impossível provar que há ações morais no mundo), é possível pensar os agentes como capazes de agir deste modo; em outras palavras, é possível pensar de cada membro da espécie humana como capaz de praticar ações que são sem dúvida morais, o que dá à humanidade e a cada um de nós a esperança de que as pessoas podem agir moralmente, a despeito de circunstâncias, oportunidades e tentações.

Notes

¹KANT, I. *Groundwork of the Metaphysics of Morals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 2, 4:388.

² *Ibid.*, p. 1 4:387.

³ *Ibid.*, p. 4 4:390.

⁴ *Ibid.*, p. 3 4:390.

⁵ *Ibid.*, p. 8 4:394.

⁶ *Ibid.*, p. 19 4:407.

⁷ *Ibid.*, p. 20 4:407.

⁸ Ver Richard Henson “What Kant Might Have Said: Moral Worth and The Overdetermination of Dutiful Action”, *Philosophical Review*, LXXXVIII n.1 (Jan 1979), 39-55 p.40. “An act A which is proposed in a maxim which passes the generalization test is thereby certified as conforming to duty -right, as we might say, in the weak sense of the term- “all right”, i.e., not wrong”.

⁹ Ver Paul Guyer in.: *Kant and the Experience of Freedom* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993) chapt.10 and Barbara Herman *The Practice of Moral Judgement* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993) ch.1

¹⁰ Ver Michael Weber “The Motive of Duty and the Nature of Emotions”, *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 33 n.2 (2003): 183-202, p.200. “Reliability in producing the right action is also not the whole story for Kant ... Further, Kant thinks that it is only when we act on our reason that we act freely, or autonomously. Therefore Kant thinks that only dutiful actions done for the sake of duty are true expressions of our free will”.

¹¹ *Groundwork* p.19 4:406.

¹² *Ibid.*, p.11 4:398” and now suppose him to tear himself, unsolicited by inclination, out of this dead insensibility and to do this action only from duty and without any inclination – then for the first time his action has genuine moral worth”.

¹³ See Tom Sorell “Kant’s Good Will and Our Good Nature” in.: *Kant’s Groundwork of the Metaphysics of Morals: Critical Essays*, ed. Paul Guyer (USA: Rowman & Littlefield Publishers, 1998) pp.91, 97. Sorell está correto ao dizer “there must be something about the need to satisfy a bad or good inclination, that is unlike the need to do one’s duty; otherwise moral may depend on anthropology by depending on what is naturally benign in human beings... But despite the attraction of right actions that come automatically, intuition seems to demand that the agent be responsible for them, that he controls their production. We do not want the kind person’s good turns to be the enactment of a complicated computer programme or a deterministic law. We want a will to operate, and we want the will to be guided by something other than the wish to gratify impulses, even good impulses”.

¹⁴ Este ponto sobre educação já foi feito por Noa Lathan em “Causally Irrelevant Reasons and Action Solely From the Motive of Duty”, *Journal of Philosophy* 91 (1994): 599-618. Ele diz: “He(Kant) seemed more concerned with the purity of the motive for its elevating educational value than with either the sheer feature of doing what you would rather not do or the experience of unpleasantness and difficulty in doing what you would much rather not do”(p.618).